

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2005
(Do Sr. Rodrigo Maia)**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça a respeito da atuação da Polícia Federal ante a ocorrência de alteração indevida no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estados e Municípios – CAUC em benefício do Governo do Estado do Piauí.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no sentido de esclarecer a esta Casa, no prazo constitucional:

- (a) se a Polícia Federal instaurou inquérito para apurar o caso de alteração indevida do Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estados e Municípios – CAUC em benefício do Governo do Estado do Piauí, noticiado na edição de 22 de outubro de 2004 do Jornal do Brasil
- (b) as conclusões a que já chegou a Polícia Federal sobre o caso, ainda que não tenha terminado a apuração das infrações cometidas.
- (c) o nome e o cargo dos agentes públicos envolvidos no caso, explicitando a sua respectiva participação.
- (d) as explicações oferecidas pelo Ministério do Esporte sobre o caso.

- (e) se os recursos repassados indevidamente foram ressarcidos à União.
- (f) as penalidades a que estão sujeitos os agentes públicos envolvidos.
- (g) as providências adotadas no sentido de responsabilizar os infratores.
- (h) se o Ministério Público e a CGU foram comunicados das infrações já apuradas.
- (i) os servidores públicos e autoridades ouvidas durante o processo de apuração.
- (j) o inteiro teor dos documentos colhidos pela Polícia Federal durante a investigação.
- (k) o envolvimento das demais autoridades integrantes do Ministério do Esporte e do Ministério da Integração Nacional.
- (l) sobre a colaboração na investigação e a adequação das medidas internas adotadas pelo Ministério do Esporte, ante a informação publicada posteriormente em que se afirma que o órgão “não tomou as medidas corretas para investigar as denúncias de irregularidades em convênio com a União Nacional dos Estudantes e na suposta fraude CAUC”

JUSTIFICAÇÃO

Em 22 de outubro de 2004, o Jornal do Brasil noticiou:

“Em agosto, a CGU identificou outra irregularidade no ministério e cobrou explicações. Desta vez foi uma alteração no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estados e Municípios (Cauc), do governo federal. No dia 12 de julho de 2004, às 11h03, o servidor do Ministério do Esporte Hamilton Ubiratan da Silva teria feito uma "atualização de cadastro" no Cauc. Esta alteração teria supendido indevidamente a inadimplência do Piauí junto à Seguridade Social.

Um dia depois que o servidor Hamilton fez a alteração de cadastro, em 13 de julho, o Ministério da Integração transferiu R\$ 9 milhões para o Piauí, de forma irregular, pois o Estado não estava autorizado a receber o dinheiro.

O Piauí tem o maior número de secretários estaduais ligados ao PC do B, o mesmo partido político do ministro e de vários auxiliares do Ministério do Esporte. Orlando Silva não é o único ex-presidente da UNE com cargo no Ministério. Ricardo Capelli, que também dirigiu a UNE, ocupa o cargo de diretor do Departamento de Esporte Universitário.

O Ministério do Esporte enviou explicações à CGU sobre a alteração no Cauc, mas os auditores consideraram "não satisfatórias" as respostas. Ainda em agosto, a CGU recomendou ao ministério a criação de uma comissão de sindicância para apurar

responsabilidades, em prazo de 30 dias. O Ministério do Esporte, no entanto, criou uma comissão de duas pessoas onde não consta a palavra "sindicância". O ministério pediu prorrogação de prazo e ainda não dá CGU sobre o resultado da investigação.

- A apuração que estamos fazendo tem o mesmo valor de uma comissão de sindicância. Há indícios que estão sendo apurados. Se houve erro ou falha, vamos investigar tudo - garante o assessor especial de Controle Interno do ministério, Waldemir Emanuel Pereira Rangel.

Orlando Silva afirmou que o próprio ministro Agnelo determinou que se apure tudo. Quanto à liberação de dinheiro para o Piauí, Orlando Silva garante que não houve privilégio.

- O Piauí ficou mais de 6 meses sem receber dinheiro por problemas de pendências - afirmou."

Trata-se de grave denúncia que revela a indevida alteração no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estados e Municípios – CAUC para beneficiar o Estado do Piauí, justamente um dos Governos Estaduais em que o PC do B tem maior participação.

A atuação da Polícia Federal nesse caso merece, em face da importância que assume a questão, ser prontamente esclarecida à sociedade e, por consequência, ao Congresso Nacional. A identificação dos responsáveis, o envolvimento das demais autoridades do Ministério dos Esportes, bem como as demais circunstâncias apuradas sobre o caso devem ser necessariamente de conhecimento público.

Sala das Sessões, em de maio de 2005

Deputado Rodrigo Maia
Líder do PFL